



Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

A Fundação da Biblioteca Nacional :

Uma Memória Compartilhada Entre Dois Mundos

Publicado no site em 26/09/2008

Maria Regina Barcelos Bettiol [1]

“Que se erija e acomode a minha Real Biblioteca e instrumentos de física e matemática, fazendo-se à custa da Real Fazenda toda a despesa conducente ao arranjo e manutenção do referido estabelecimento”

Decreto de 29 de outubro de 1810

D.João VI

Neste seminário, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em parceria com a Casa de Portugal, em que estamos a festejar os duzentos anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, nada mais apropriado do que retomarmos um dos marcos da administração de D. João VI que foi a fundação da **Biblioteca Nacional**.

Inicialmente chamada com o nome de *Real Biblioteca*, depois *Biblioteca Imperial e Pública da Corte* e, desde 1876, chama-se **Biblioteca Nacional** (BN). Contudo, essa instituição pública é mais conhecida pelos brasileiros como **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Em 1990 a Biblioteca Nacional foi transformada em fundação de direito público, com vínculo ao Ministério da Cultura, absorvendo parte das funções do Instituto Nacional do Livro (INL) que foi extinto naquele ano, passando a chamar-se Fundação Biblioteca Nacional (FBN)[2][2].

A **Biblioteca Nacional** é a depositária do patrimônio bibliográfico e documental do Brasil, considerada pela entre suas várias responsabilidades incluem-se a de *preservar, atualizar e divulgar* uma coleção com mais de oito milhões de peças. A Biblioteca Nacional do Brasil, considerada pela UNESCO a sétima biblioteca nacional do mundo, é também a maior biblioteca da América Latina.

A história da **Biblioteca Nacional** teve início com a chegada da *Real Biblioteca* de Portugal ao Brasil, nossa biblioteca é oriunda da antiga biblioteca da Ajuda[3][3], a sua fundação está, portanto, relacionada a um dos mais decisivos

momentos da história da pátria: a transferência da rainha D. Maria I, de d. João, Príncipe Regente, de toda a família real e da corte portuguesa para o Rio de Janeiro[4][4], quando da invasão de Portugal pelas forças de Napoleão Bonaparte.

O traslado da *Real Biblioteca* para o Brasil, não deixa dúvidas de que a idéia da vinda da família real para a sua colônia não foi uma idéia de última hora, houve todo um planejamento para que seu patrimônio cultural atravessasse o oceano:

Estranha é, portanto, a ladainha que corre até hoje entre nós e que conta e reconta a história de um monarca que escapou às pressas do seu reino, sem planejamento nenhum. Difícil imaginar tal cenário, diante de tantos documentos que provam o contrário e evidenciam uma estratégia que implicou, entre outros, o fato de a biblioteca viajar logo em seguida ao monarca. Ao que tudo indica, a fuga não foi tão de última hora, e, entre tantas riquezas, a Real Livraria atravessaria o oceano, distribuída por algumas centenas de caixotes e em três etapas: uma viagem em 1810 e outras duas em 1811. (SCHWARCZ, 2002, p.35)

Com razão afirmam autores como Luciano Prates dos Santos que a transmigração da família real foi a execução de um plano maduro e politicamente tramado, o mais acertado nas condições peculiares de Portugal: « *A crítica histórica demonstrou já que essa transmigração fora o resultado da inteligência de um plano preconcebido: o único meio de fazer subsistir a monarquia portuguesa; a única solução impeditiva de seu fatal desaparecimento* ». (SANTOS, 1976, p.36)

O acervo trazido para o Brasil, mais especificamente para a cidade do Rio de Janeiro, que à época contava com sessenta mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, foi inicialmente acomodado numa das salas do Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita, hoje Rua Primeiro de Março. Conforme Schwarcz (2002, p.262) a *Real Biblioteca* continha um verdadeiro tesouro não apenas em livros, mas também em documentos de Estado e outros bens de valor que se conseguiu juntar nos navios que deixaram Lisboa em novembro de 1807. Um decreto do Príncipe Regente determina em 29 de outubro de 1810[5][5] que no lugar que serviu de catacumba aos religiosos do Carmo se erija e acomode a *Real Biblioteca*.

Deste modo, a data de 29 de outubro de 1810[6] é considerada oficialmente como a data de fundação da *Real Biblioteca*. Desde 1810 a consulta ao acervo da Biblioteca já podia ser realizada por estudiosos, mediante consentimento régio. As obras para nova edificação da Biblioteca somente se concretizaram em 1813, quando foi transferido o acervo. Em 1814, após o término da organização do acervo, a consulta foi franqueada ao público. Biblioteca Pública, e mesmo assim de acesso regulado, só tivemos na época de D. João VI:

A censura foi o entrave para o desenvolvimento da cultura no período colonial: "Acrescentam-se outras circunstâncias, como a proibição da atividade editorial e de periódicos, a inexistência de centros ou instituições culturais como bibliotecas, arquivos, museus, a precariedade do ensino. Quanto à introdução da imprensa no Brasil-Colônia, se houve uma tentativa malograda no século XVIII, não resta dúvida de que ela nos foi oficialmente proibida. O que viemos a escrever neste momento, do século XVI ao XVIII e mesmo princípios do XIX, só podia ser editado em Portugal e assim mesmo sujeito a severo regime de censura que recaía

também sobre a atividade intelectual da própria Metrópole. Entre nós muita coisa ficou inédita, muita coisa se perdeu, outra tanta circulou em manuscritos que, conforme Capistrano de Abreu devem ter servido de textos nas classes. E a situação se agrava, se lembrarmos que a severidade da censura recaía igualmente sobre a aquisição ou o comércio do livro, dificultando enormemente a formação de bibliotecas particulares que só tivemos, e pouquíssimas, já no século XVIII, sem mencionar as inofensivas coleções dos conventos. Porque, biblioteca pública, e assim mesmo inicialmente de acesso controlado, data entre nós da época de d. João VI, e é quase certo que não tivemos até então a venda regular do livro. (CASTELLO, 1960, p. 27-28)

O gesto inaugural de d. João VI deu início à vida cultural no Brasil. Como vimos anteriormente, por uma série de fatores impeditivos não pudemos desenvolver atividades culturais no período colonial. Logo, quando afirmamos que a fundação da **Biblioteca Nacional** foi um marco para sociedade brasileira estamos nos referindo à formação de uma *intelligentsia* brasileira que começa, oficialmente, com a fundação da **Biblioteca Nacional** e de outras instituições culturais que foram criadas a partir dessa fundação, instituições estas que nasceram com o selo da administração de d. João VI.

Oficialmente estabelecida, a **Biblioteca Nacional** continuou a ter seu acervo ampliado de maneira significativa, através de compras, doações, e, principalmente, de "propinas", ou seja, pela entrega obrigatória de um exemplar de todo material impresso nas oficinas tipográficas de Portugal [7][7] e na Imprensa Régia, instalada no Rio de Janeiro. Essa legislação realativa às propinas foi sendo aperfeiçoada ao longo dos anos e culminou no Decreto chamado comumente **Decreto de Depósito Legal**, ainda em vigor [8][8].

Em 1821, com o retorno de D. João VI a Portugal começa o litígio político e bibliográfico entre Portugal e Brasil pela posse do acervo da *Real Biblioteca* ou *Real Livraria* como era chamada pelos portugueses. No regresso a Portugal, a D. João VI trouxe apenas alguns Manuscritos da Coroa, doando ao Brasil a *Real Biblioteca*. Somente após a assinatura do tratado de **Paz e Amizade** de 29 de agosto de 1825 que o acervo passa a pertencer definitivamente ao Brasil. D. Pedro I, então imperador do Brasil, concorda em indenizar a Família real portuguesa pelas propriedades deixadas no país:

Com a Convenção Adicional ao **Tratado de Paz e Amizade** de 29 de agosto de 1825, d. Pedro I, imperador do Brasil, concorda em indenizar a Família Real portuguesa pelos bens, e propriedades deixados no país, e entre os diferentes itens constava a Real Biblioteca. Dessa maneira, se o país começou sua vida autônoma pagando um preço elevado à ex-metrópole – 2 milhões de libras esterlinas, tomadas de empréstimo por Portugal à Coroa britânica, com juros de 5% ao ano-, a biblioteca não ficou por menos: foi avaliada em 800 contos de réis, um preço alto, muito alto para um país recém-independente. O fato é que a biblioteca passou a fazer parte da nação emancipada, que aos poucos lhe adicionou novas aquisições, conferindo-lhe uma função particular. Sob a forma de uma coleção de coleções, a « Real » restou como um local privilegiado onde se guardava uma história: uma história do saber, ou então uma história que seleciona formas de saber e maneiras de esquecer. A longa viagem da biblioteca dos reis fala dessa sina. Por meio dos livros vemos desfilar os eventos políticos, são eles os condutores da narrativa- e foi com eles, e em caixotes, que a Ilustração aportou no Brasil. E mais: junto com os livros, e através deles, o país se fazia independente. Como um bom símbolo, as bibliotecas sempre deram muito que falar e pensar e valem, por si só, uma boa viagem. (SCHWARCZ, 2002, p. 35-36)

Portugal não poderia abrir mão gratuitamente de todo um patrimônio bibliográfico de alto valor material e simbólico. Era perfeitamente natural que com o assentamento definitivo da Corte em Lisboa, surgisse o desejo de “restaurar a antiga *Real Biblioteca*” tornada pública. Sempre houve essa preocupação da monarquia portuguesa em “ajuntar livros”: “*Já sabemos que em Portugal a tradição dos “livros ajuntados” remonta ao passado. De D. João I a D. Duarte, passando por D. Afonso e tantos mais, assim caminhou a tradição, já nos tempos de D. João V a livraria era conhecida como uma das mais famosas e completas do Velho Mundo*”. (SCHWARCZ, 2002, p.134)

Ao examinar essa questão, D. Pedro I ciente do que representava essa biblioteca para a monarquia portuguesa resolveu comprá-la. De fato, o custo foi muito caro para um país recém- independente. Porém, cabe também lembrar que D. Pedro I respeitou o que Heloisa Belotto (2004, p. 168) chama de princípio da territorialidade: “*Os arquivos públicos[9][9] seguem a sorte do território, pelo princípio da territorialidade, o colonizador tinha direito de posse sobre os documentos produzidos durante seu período de posse*”. Pelo princípio da territorialidade esse patrimônio pertencia a Portugal.

D. Pedro I, como monarca, tinha plena consciência de que as Bibliotecas são a representação oficial do Estado, de que a ***Biblioteca Nacional*** passaria a ser vinculada à figura do Imperador, portanto passaria a ser vinculada à sua própria figura. É sabido por todos os monarcas que as bibliotecas trazem vantagens políticas e simbólicas para os que exercem o poder. Em outras palavras, o controle da memória significa o controle do saber e conseqüentemente do poder.

A memória, no dizer de Paul Ricoeur (2002, 579-580), cruza-se com a identidade, a ponto de confundir-se com ela. Nesse sentido, a herança portuguesa estava incorporada à identidade brasileira nascente. Pensando por esse viés, D. Pedro I pagou muito pouco pela compra do acervo da *Real Biblioteca*, pois deu o primeiro passo em direção à nossa independência cultural, que viria mais tarde a consolidar a nossa independência política. Se a independência política fora feita, a independência cultural estava ainda por ser feita, seria obra de muitas gerações.

Em 1858, a ***Biblioteca Nacional*** foi transferida para uma nova sede, a Rua do Passeio, número 60, no Largo da Lapa, e instalada no prédio que tinha por finalidade abrigar de forma melhor o seu acervo. Atualmente, com algumas modificações, esse edifício abriga a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como seu acervo continuava a ampliar-se com as doações, aquisições e através de contribuição legal, compra de coleções de obras raras em leilões e em centros livreiros de todo o mundo, em breve seria necessária sua mudança para outro edifício, mais adequando às suas necessidades.

A sede atual da ***Biblioteca Nacional*** localizada na Avenida Rio Branco, número 219, Praça da Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro foi inaugurada, cem anos depois da inauguração da *Real Biblioteca*, no dia 29 de outubro de 1910, durante o governo Nilo Peçanha. O crescimento constante e permanente do acervo da biblioteca foi fundamental para a realização de um projeto de construção de uma sede que atendesse todas as necessidades da biblioteca, acomodando de forma adequada suas coleções. O edifício da Biblioteca Nacional, cujo projeto é assinado pelo engenheiro Sousa Aguiar, tem um estilo eclético, no qual se misturam elementos neoclássicos e *art nouveau*.

Ao longo do século, a ***Biblioteca Nacional*** diversificou e aperfeiçoou suas atividades, e passou por sucessivas reformas. Em resposta às exigências impostas pela demanda dos pesquisadores, e diante da importância do conjunto bibliográfico

e documental sob sua guarda, buscou acompanhar a evolução tecnológica mundial e investiu no aprimoramento dos mecanismos de segurança e preservação do patrimônio sob sua custódia; criou e desenvolveu metodologias modernas de catalogação e classificação para seu acervo e adotou novas tecnologias da informação, para garantir o direito de acesso do cidadão e contribuir para a sua qualificação[10][10]. Entre suas inúmeras atribuições podemos citar: o *Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas*[11][11], o *Programa Nacional de Incentivo à Leitura* (PROLER), o *Plano Nacional de Obras Raras* (PLANOR), o *Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros* (PLANO).

Entre os principais projetos da Fundação Biblioteca Nacional podemos citar o ***Programa Biblioteca Nacional Sem Fronteiras*** que visa à criação de uma biblioteca digital[12][12], concebida de forma ampla como um ambiente onde estão integrados as coleções digitalizadas, os recursos humanos e os serviços oferecidos ao cidadão. Esse Programa coloca a FBN na vanguarda das bibliotecas da América Latina, igualando-a as maiores bibliotecas do mundo no processo de digitalização de acervos e acesso às obras e aos serviços, via Internet, transformando-a em uma biblioteca sem fronteiras. O acervo está disponível a pesquisadores, tanto presenciais quanto distantes, no Brasil e no exterior. Dito de outra forma, embora o acervo esteja localizado em território brasileiro, as informações, os serviços, a consulta estão desterritorializados.

Apesar de todo o esforço de conservação das obras e do processo de digitalização, não podemos deixar de citar o papel primordial dos colecionadores. Livros, obras de arte, fotografias são documentos perecíveis, sujeitos a todas as formas de destruição: fogo, naufrágios, extravio, tintas corrosivas, conveniências políticas, escrúpulos morais, descuido, etc. Daí a importância da teoria desenvolvida por Walter Benjamin. (1972, p. 24) que passou a pregar "*o elogio à posse, ao ato de colecionar como ato de sobrevivência e de resistência política, a coleção privada como defesa de uma prática intelectual e uma forma de reintroduzir a experiência particular e sensível na esfera pública*".

Ao lembrarmos o episódio do incêndio causado pelo terremoto de 1755 que reduziu à cinzas a *Livraria Real*, devemos destacar que o papel dos colecionadores foi primordial, foram principalmente as coleções privadas que passaram a integrar o novo acervo:

Logo, após o incêndio D. José I, amparado pelo Marquês de Pompal, empenhou-se em juntar o pouco que sobrara e deu início a uma nova coleção. Com a compra de livros de acervos privados, da requisição de coleções esquecidas em mosteiros e abandonadas às pressas pelos jesuítas, até de generosas doações, a nova Real Biblioteca, agora situada no Palácio da Ajuda, não parou de crescer. (SCHWARCZ, 2002, p.139)

A *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* também se beneficiou de doações de coleções privadas. Podemos citar como exemplo, a coleção iconográfica Teresa Cristina Maria doada em 1891 pelo ex-Imperador d. Pedro II. Recentemente, D. Pedro II brindou-nos com outro presente: descobriu-se num armário da biblioteca nacional, guardada em algumas caixas, a maior coleção de fotografias do século XIX. Essa coleção que apresenta paisagens de diferentes países foi registrada pelo exímio fotógrafo D. Pedro II que costumava, durante suas excursões pelo mundo,

fotografar os países que visitava.

Desta forma, o conselho de Walter Benjamin ainda é bastante válido. O elogio às coleções privadas alerta para o perigo do Estado, principalmente em sistemas totalitários em que vigora a censura, ser o único colecionador. O acesso que hoje temos a essas coleções, o que nos restou delas deve-se, em grande parte, aos colecionadores. O colecionador tem como tarefa salvar do esquecimento um trabalho do passado.

No decorrer de nossa análise pudemos atestar que o termo **Biblioteca** não se restringe à definição clássica que nos fornece o dicionário : *do gr.bibliothéke, "lugar onde se guardam os livros, "estante", pelo lat.biblioteca). S.f1.Coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizada para estudo, leitura e consulta. 2. Edifício, ou recinto, ou local onde se instala essa coleção."* (AURÉLIO,1999,p.295).As bibliotecas não são um mero depósito de livros com seus saberes e significados fixos[13][13]. No dizer de Jean Christophe Bailly, as bibliotecas são adegas do saber humano, os livros são como os vinhos, mesmo fechados continuam "trabalhando" o sentido, estão sempre sendo ressignificados pelo ato da leitura:

Si les bibliothèques sont littéralement les caves du savoir humain (dans l'obscurité des livres fermés les sens travaille continûment), les livres présentent toutefois sur les bouteilles l'avantage de pouvoir être bus (lus) à tout moment et de se conserver sans limitation, ainsi que celui d'être inépuisables: même bue d'un trait, la bouteille reste pleine [...] Chaque livre est composé de lignes et se ferme sur elles comme une boîte. Dans l'empilement infini des boîtes à lignes, la bibliothèque écrit et suspend le rêve d'une ligne continue qui est comme un murmure: non le bruit des pages tournées par les lecteurs, assez semblable à celui du pas avançant sur un lit de feuilles, mais venant se poser sur lui comme une matière diffuse, la poudre ou le pollen de toutes les voix qui se sont tues et qui parlent de toutes les boîtes qui se sont refermés et qui s'ouvrent". (BAILY, 1997, p. 23-25)

A biblioteca seja ela pessoal ou pública, é o reflexo de valores sociais e psicológicos, ela diz muito sobre a personalidade de seu proprietário, sobre o perfil de uma sociedade. As bibliotecas estão sempre sintonizadas com o discurso do poder, com os projetos e as reformas nacionais, agregando novidades editoriais, estão sempre a acompanhar e a registrar as preocupações e os saberes de cada Século[14][14]. Em sendo assim, a **Biblioteca Nacional** é uma síntese de nosso imaginário, de nossos valores, do que fomos e do que desejamos ser.[15][15]

Ao longo desse seminário, procuramos reabilitar a figura de D. João VI injustamente retratado por alguns segmentos da crítica histórica que tenta sistematicamente minimizar a sua importância dentro do panorama da História do Brasil. D. João VI beneficiou seus vassalos quando mandou abrir as portas de sua *Real Biblioteca*, quando os fez beber nessa inexaurível fonte de conhecimento. Em 25 de abril de 1821, João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís Antônio Domingos Rafael de Bragança- vulgou D. João VI- regressa a Portugal deixando atrás de si um rastro de realizações.

Ao fundar a **Biblioteca Nacional**, lançou novas luzes em seu império brasílico, rompeu definitivamente o pacto colonial transformando a colônia em sede e ao dar certa autonomia ao país, este começa, pouco a pouco, a trilhar os caminhos de sua Independência. Medroso, de forma alguma, diríamos ousado, pois foi primeiro monarca, que se tem notícia, a pisar nesses tristes trópicos .

Um antecessor seu, D. João V, um bibliófilo apaixonado costumava dizer *que a sua « Livraria Real » teria para ele a mesma importância que ouro enviado do Brasil »*. (SCHWARCZ,2002,p.32).Estava certo o sábio D. João V, temos o mesmo sentimento em relação à **Biblioteca Nacional** que passou a ser a jóia da coroa do Brasil, uma jóia que D. João VI nos ofertou, nosso maior tesouro, nosso maior orgulho enquanto brasileiros, nossa **Biblioteca Nacional** é herança de dois mundos, uma memória que compartilhamos com Portugal.

Bibliografia

BAILLY, Jean-Christophe. **Le propre du langage**: voyages du pays des noms communs. Paris: Seuil, 1997.

BARBOSA, João Alexandre . **A biblioteca imaginária**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Je déballe ma bibliothèque**. Trad. Philippe Ivernel. Paris: Payot et Rivages, 1972.

BETTIOL, Maria Regina Barcelos . O Devorador de Bibliotecas. IN : **Revista Riscos**, São Miguel do Oeste -SC, p. 29 - 31, 20 mar. 2005.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO Disponível em <<http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br>>Acesso em : 17 set .2008.

CASTELLO, José Aderaldo. **Manifestações literárias da Era Colonial (1500-1808/1836)**. São Paulo: Cultrix, 1960.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI** : o dicionário da língua portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.3ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999.

FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL Disponível em <<http://www.bn.br/portal/>> Acesso em : 17 set .2008.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.

SANTOS, Luciano Márcio Prates dos. Transmigração da família real para o Brasil : uma fuga covarde ou plano bem elaborado ? IN :**Anuário do Conselho de Ensino do Colégio Militar de Porto Alegre**. Porto Alegre : Colégio Militar, 1976.p.23-38.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis** : do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

VOS, Pierre de . *Bibliothèque* IN : Paul Aron.ORG.**Le dictionnaire du littéraire**.Paris :PUF,2002.p.56.

[1] **Maria Regina Barcelos Bettiol** é graduada em Letras pela PUC-RS, mestre em Literaturas Francesa e Francófonas pela UFRGS e doutora em Letras (Literatura Geral e Comparada) pela Université Sorbonne Nouvelle Paris III.

[2] Para maiores informações consultar o site da Fundação Biblioteca Nacional <<http://www.bn.br/portal/>>

[3] O núcleo original de seu poderoso acervo é a antiga livraria de d. José

organizada para substituir a **Livraria Real**, cujas origens remontavam às coleções de livros de d. João I e de seu filho, d. Duarte, e que foi consumida pelo incêndio que se seguiu ao terremoto de Lisboa de 1 de novembro de 1755 : « Havia originalidade no modelo português .Em vez de um único acervo, duas grandes bibliotecas foram idealizadas.Ao mesmo tempo que se reorganizava a Real Biblioteca, junto ao novo Palácio da Ajuda, erguia-se,de forma autônoma, a Real Biblioteca Pública » (SCHWARCZ, 2002,p.140).

[4] Os historiadores divergem mas calcula-se que entorno de 15 mil pessoas desembarcaram no Rio de Janeiro.

[5] Para maiores informações consultar o site da Fundação da Biblioteca Nacional,op.cit,p.1.

[6] Em relação à Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, aproveitamos para informar o leitor de que a história da Biblioteca Pública do Estado começa na Província de São Pedro durante o reinado de Dom Pedro II. A 30 de março de 1871 o deputado João Pereira da Silva Borges Fortes Filho apresentou à Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul um Projeto de Lei pedindo a criação de uma biblioteca oficial. O projeto foi aprovado e transformado em Lei nº 724 de 14 de abril do mesmo ano, tendo sido sancionado pelo então presidente da Província, Francisco Xavier Pinto de Lima. Em 21 de janeiro de 1877 a BPE foi instalada e aberta ao público possuindo 1809 obras em 3.566 volumes. Seu diretor e principal organizador, foi o Dr. Fausto de Freitas e Castro. Em 1915, já autônoma, transfere-se para a sede atual na rua Riachuelo, esquina General Câmara (antigamente conhecidas como rua do Cotovelo e Rua do Ouvidor). O prédio foi inaugurado como parte das comemorações do centenário da Independência a 07 de setembro de 1922.Em 1986 o prédio da Biblioteca foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Em 2000 foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional » (IPHAN). Maiores detalhes consultar o site da Biblioteca Pública do Estado <http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br>

[7] (Alvará de 12 de setembro de 1805).

[8] A Fundação Biblioteca Nacional é a única beneficiária da **Lei 10.994**, de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a remessa de obras à Biblioteca Nacional. O principal objetivo da lei do Depósito Legal é assegurar o registro e a guarda da produção intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da Bibliografia Brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e da cultura nacionais. Hoje, para efeito de Depósito Legal, entende-se por publicação toda obra registrada, em qualquer suporte físico, destinada à venda ou distribuição gratuita.

[9] Alguns autores, como Pierre de Vos (2002, p.56), fazem uma distinção entre **biblioteca** e **arquivos**. A biblioteca tem a função de tornar público seus documentos.Em contrapartida, os arquivos são coleções de documentos originais destinados à conservação e não à divulgação. Todavia, a realidade material da biblioteca como lugar de conservação de documentos tornou-se sinônimo de coleção. Tanto os arquivos quanto as bibliotecas operam escolhas em uma massa de documentos, orientam as suas coleções. Interessante observar que d.João VI parece fazer essa distinção deixando os livros para o Brasil e carregado consigo apenas documentos da corte que não teriam interesse aos frequentadores da **Biblioteca Nacional** ou que não deveriam ser consultados por se tratarem de documentos de estado.

[10] A FBN tornou-se ,igualmente, responsável pela promoção e divulgação de autores e livros brasileiros no exterior, através da sua participação em feiras internacionais de livros e concessão a editoras estrangeiras de bolsas de apoio à tradução de escritores brasileiros.

[11] Logicamente, que a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul é regida pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas coordenado pela FBN.

[12] Evidentemente que a digitalização permite conservar o acervo. Entretanto,o respeito dos direitos autorais e a proteção aos direitos intelectuais deverão ser adaptados às novas realidades tecnológicas.

[13] Sobre essa questão ler Bettiol, Maria Regina Barcelos. **O Devorador de Bibliotecas**.

[14] Em 1891 o RS sofre forte influência do pensamento de Augusto Comte. Júlio de Castilhos imprime então à Constituição do Estado uma linha de orientação positivista. Uma ideologia progressista e ao mesmo tempo autoritária, pautou o estilo de seu governo, definindo os rumos do Partido Republicano no sul do Brasil. Borges de Medeiros deu continuidade à obra política e

administrativa do Castilhismo.A Biblioteca Pública é profundamente influenciada por este pensamento, tendo sido anexada administrativamente ao então recém criado Arquivo Público, a partir de 1906. Ler a esse respeito no site da BPE ,op.cit,p.3.

[15] Esse tema é brilhantemente desenvolvido por João Alexandre Barbosa em seu livro **A Biblioteca Imaginária.**